



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0001363-17.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **GENIVANIA SOUZA DE SANTANA SANTOS**
 Requerido: **CLAYTON JOSE DIAS JUNIOR**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

O réu é revel.

Citado regularmente ele deixou de comparecer à audiência designada, de modo que se aplicam as consequências previstas no art. 20 da Lei nº 9.099/95.

Impõe-se, pois, o acolhimento da pretensão inicial.

Por outro lado, o documento de fl. 2/17 demonstra que o automóvel em apreço ainda permanece em nome do réu, enquanto que a autora que já o financiou em seu nome e vem cumprindo a sua obrigação assumida perante o agente financeiro, mantendo em dia os pagamentos das prestações.

A responsabilidade do réu em ter que providenciar a regularização do documento do veículo que vendeu à autora e arcar com eventual pagamento de débitos a isso relacionado, transparece clara nesse contexto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a providenciar a entrega ou a regularização necessária para que seja emitido um novo Certificado de Registro de Veículo, para que a autora seja possibilitada de transferir para o seu nome o automóvel indicado a fl. 01, bem como arcar com eventuais débitos relacionados a esse procedimento, no prazo de quinze dias, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Anoto desde logo que o valor da multa foi fixado visando-se a garantir à autora o ressarcimento por eventuais prejuízos suportados para a hipótese de descumprimento da obrigação. Caso em que a execução da obrigação, após atingida seu limite, se converterá em perdas e danos.

Independentemente do trânsito em julgado, intime-se o réu pessoalmente para cumprimento da obrigação (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Ressalvo desde já que na hipótese de descumprimento pelo réu da obrigação imposta deverá ser expedido alvará para a CIRETRAN local a fim de que promova a transferência do veículo diretamente para a autora, desnecessária qualquer outra providência.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 07 de abril de 2016.

<p>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p>
--